

Perguntas e Respostas – Documento Revisado*

Audiência Pública de regularização ambiental das obras de dragagem e disposição de rejeitos na Fazenda Floresta e recuperação das margens e setores (UHE RISOLETA NEVES)

QUESTIONAMENTOS FEITOS NA AUDIÊNCIA PÚBLICA			
ID	Nome do solicitante	Questionamento/Pergunta	Resposta do empreendedor
1	Natalia Aparecida do Carmo	A Fundação Renova no cenário 1 de acordo com informações aos atingidos cita os seguintes pontos: - Renovação do rejeito depositado no lago de Candonga - Renovação do rejeito depositado nos setores; - Retomada da hidroelétrica etc. Sendo que poderá durar até 17 anos de obras, mais em momento algum cita o que realmente deve ser feito para a retomada da pesca, lazer, modo de subsistência e devolver não só para nós de maneira particular, mas em toda bacia do Rio Doce um ar puro, limpo, sem poluição toda que foi criminalmente depositado no nosso rio e agora vem nos propor ideias falando em dedução de anos? Na verdade, qual é a linguagem verdadeira que a Renova quer nos passar? Que vão abandonar o barco? Deixar o lago com toda essa poluição e a comunidade de Santana correndo risco? Sem saber se poderão dormir tranquilos em época de chuva pesada, preocupados com o que pode acontecer?	A Fundação Renova esclarece que desenvolveu os estudos ambientais contemplando três cenários diferentes relacionados à retirada dos rejeitos/ sedimentos depositados no reservatório da UHE Risoleta Neves e à recuperação ambiental da área. Para cada um destes cenários foram apresentadas e descritas as ações necessárias e o prazo de duração de tais ações, bem como os impactos associados a elas. Os estudos indicaram que o cenário 3 é aquele que apresenta menor impacto socioambiental e menor prazo para que a hidrelétrica volte a funcionar, tendo em vista os objetivos de promover a recuperação ambiental da área e a retomada funcional da UHE Risoleta Neves. A prerrogativa de definição do cenário e das medidas mais adequadas é do órgão ambiental. O objetivo do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é fornecer ao órgão ambiental as informações e subsídios necessários para a tomada de decisão. Uma vez definido o cenário a ser implementado, está prevista a execução de diversos planos e programas, com vista ao controle, mitigação e compensação dos impactos causados.
2	Natalia Aparecida do Carmo	No cenário 2 a Renova cita os pontos: - Apenas a remoção parcial do rejeito no lago de acordo com a quantidade que ocupara a área da Fazenda Floresta - 400 m apenas próximos da barragem da usina - Remover o rejeito de alguns setores; acabar com barragens que pela Fundação Renova são chamados de setores e não vão remover o rejeito desses setores; A estimativa dessas obras são de 12 anos de duração. Então Fundação, porque no cenário 1 vocês citam a retirada do rejeito e no cenário 2 não? Sendo que em 5 de Novembro	A Fundação Renova esclarece que desenvolveu os estudos ambientais contemplando três cenários diferentes relacionados à retirada dos rejeitos/ sedimentos depositados no reservatório da UHE Risoleta Neves e à recuperação ambiental da área. Para cada um destes cenários foram apresentadas e descritas as ações necessárias e o prazo de duração de tais ações, bem como os impactos associados a elas. Os estudos indicaram que o cenário 3 é aquele que apresenta menor impacto socioambiental e menor prazo para que a hidrelétrica volte a funcionar, tendo em vista os objetivos de promover a recuperação ambiental da área e a retomada funcional da UHE Risoleta Neves. A prerrogativa de definição do cenário e das medidas mais adequadas é do órgão ambiental. O objetivo do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é

		<p>ao longo de toda a bacia do Rio Doce ninguém foi consultado se poderia ou não ser solto todos esses rejeitos, que trouxeram pra todos nos seres vivos problemas ambientais econômicos, psicológicos, perda de trabalho, enfim traumas que junto com eles foram depositados nas nossas vidas.</p>	<p>fornecer ao órgão ambiental as informações e subsídios necessários para a tomada de decisão. Uma vez definido o cenário a ser implementado, está prevista a execução de diversos planos e programas, com vista ao controle, mitigação e compensação dos impactos causados.</p>
3	Natalia Aparecida do Carmo	<p>No cenário 3, a Fundação Renova cita os pontos que no cenário 1 e 2 são muito diferentes. EX: No cenário 1 seria retirado todo rejeito, no cenário 2 apenas 400 m e já no cenário 3 60 m próximo a hidrelétrica. Qual é a diferença em retirar que seja 400 m ou 60 m, é de inteira responsabilidade da Fundação remover todo rejeito depositado no lago, afinal ainda não foi dito se é de confiança fazer o uso de peixes retirados desse rio, espécies de pássaros, animais que antes ali habitavam, renda para completar subsistências de famílias, lazer, tranquilidade à população de Santana que não vivem mais como antes a 5 anos atrás e o principal e as nossas águas, nascentes quem garante que esse mínimo não atingiu o nosso lençol d'água? Então que a Fundação Renova olha para todos esses danos causados pelas próprias mãos da Samarco e companhia. Que a nossa voz e direitos tenha vez.</p>	<p>A Fundação Renova esclarece que desenvolveu os estudos ambientais contemplando três cenários diferentes relacionados à retirada dos rejeitos/ sedimentos depositados no reservatório da UHE Risoleta Neves e à recuperação ambiental da área. Para cada um destes cenários foram apresentadas e descritas as ações necessárias e o prazo de duração de tais ações, bem como os impactos associados a elas. Os estudos indicaram que o cenário 3 é aquele que apresenta menor impacto socioambiental e menor prazo para que a hidrelétrica volte a funcionar, tendo em vista os objetivos de promover a recuperação ambiental da área e a retomada funcional da UHE Risoleta Neves. A prerrogativa de definição do cenário e das medidas mais adequadas é do órgão ambiental. O objetivo do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é fornecer ao órgão ambiental as informações e subsídios necessários para a tomada de decisão. Uma vez definido o cenário a ser implementado, está prevista a execução de diversos planos e programas, com vista ao controle, mitigação e compensação dos impactos causados.</p>
4	Raimundo Ribeiro Filho	<p>Eles acabaram com um campo que tinha 100 anos e tem 2 anos que eles estão fazendo e não terminou e outra coisa a Samarco furou um poço pra comunidade Santana e até hoje não pôs a água lá, passaram com o maquinário dentro da comunidade e quebraram uma ponte e até hoje não consertaram e se não for tirar o rejeito da usina como vai ficar a comunidade de Santana? Todo ano passa enchente e mata os pés de frutas e Santana tem 5 anos essa lama e a lama passou no quintal de todo mundo e algumas pessoas não receberam nenhum centavo. Como será realizada a indenização das famílias que tiveram seus quintais invadidos pela lama, pois elas ainda não receberam?</p>	<p>A Fundação Renova reconhece que existiu demora para iniciar as obras do campo de futebol e informa que tais obras estão em andamento. Esclarece ainda que, no período emergencial, algumas atividades foram realizadas sem o planejamento adequado, dado a urgência da situação. Tais situações foram revistas e a Fundação Renova tem se empenhado para entregar seus compromissos na região de acordo com o planejado. Ademais, são executadas manutenções frequentes nos acessos e vias utilizados pela Fundação Renova. Em relação ao poço, informa que este já foi perfurado sendo que, para sua interligação à rede de distribuição, faz-se necessário a desapropriação de áreas de terceiros, conforme está sendo providenciado pela Prefeitura do Município de Rio Doce. A Fundação Renova informa também que, entre os programas estabelecidos pelo TTAC, o Programa de Manejo de Rejeitos desenvolve estudos com intuito de estabelecer a melhor tratativa para os rejeitos dispostos em cada trecho do rio. As soluções de manejo de rejeitos estão sendo avaliadas junto à 12ª Vara Federal de MG para definir se as propostas apresentadas devem ser implementadas ou adaptadas. Esclarece, ainda, que o tema das indenizações está sendo discutido e tratado também junto à 12ª Vara Federal de MG.</p>

5	Adilson dos Santos	<p>Qual a data para retirada do rejeito? Por que não estão contratando pessoas daqui e contratando pessoas de fora? Como está o processo de indenização da comunidade de Santana do Deserto? Se não indenizar a população vamos fazer uma manifestação que a população está cansada de esperar.</p>	<p>A Fundação Renova informa que a retirada do rejeito acontecerá após autorização vinculada ao processo de licenciamento ambiental corretivo. O volume a ser retirado, bem como o prazo para concluir as ações previstas dependerá do cenário aprovado.</p> <p>A Fundação Renova ressalta a necessidade de se realizar o nivelamento das informações referentes à estabilidade do barramento da UHE Risoleta Neves, para que este possa novamente receber a carga referente ao enchimento do reservatório. O enchimento do reservatório somente será realizado depois de emitida a autorização pelo órgão ambiental e após atestada a estabilidade do barramento. Serão realizadas as obras de reforço e de recuperação eletromecânica necessárias em acordo com a AECOM e o Consorcio Candonga. A Renova esclarece, ainda, que foram realizados estudos de <i>Dam Break</i> para os barramentos metálicos (modelos que indicam que caso o barramento se rompa quais e aonde seriam os impactos). Estes estudos simularam o que aconteceria, em um pior cenário, ou seja, caso estes barramentos se rompessem. Tais estudos indicaram que, mesmo neste caso, os rejeitos ficariam retidos dentro do reservatório da hidrelétrica, sem que o barramento principal da UHE fosse impactado.</p> <p>Quanto a ações de capacitação e oferta de emprego, a Fundação Renova informa que, entre os programas estabelecidos pelo TTAC e aqueles estabelecidos no processo de licenciamento, existe o Programa de Priorização Local, com ações de capacitação e elaboração de um banco de currículos, com o objetivo de maximizar a contratação local. A eventual contratação de pessoas de fora ocorre após essa priorização, no caso das vagas que não podem ser preenchidas localmente (por exemplo por exigirem especializações singulares). A Fundação Renova enfatiza seu compromisso com a reparação e esclarece que o tema das indenizações está sendo discutido e tratado junto à 12ª Vara Federal de MG.</p>
6	Adalberto Lage	<p>Eu vim para cá para ter um lazer, eu sou aposentado, sou ferroviário e a lama veio e levou meu lazer todo. Eu quero saber um posicionamento da Samarco de quando vai encher o lago.</p>	<p>A Fundação Renova esclarece que o enchimento do reservatório dependerá da emissão de autorização vinculada à licença de operação corretiva e do cenário que for aprovado pelo órgão ambiental. Após o enchimento, as atividades de lazer poderão ser retomadas.</p>
7	Alex Rodrigues Soares	<p>Consideração sobre Reativação econômica e plano de desenvolvimento integrado.</p>	<p>A Fundação Renova informa que serão avaliadas junto à SUPPRI/ SEMAD (Superintendência de Assuntos Prioritários da Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenvolvimento Sustentável) quais e como as medidas propostas no Plano de Desenvolvimento Integrado podem ser incorporadas no processo de licenciamento, por exemplo utilizando-se dos planos e dos programas previstos nos estudos ambientais (Estudo e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/ RIMA).</p>

8	Lindomar Duarte	Como consumo da minha pesca pode trazer risco para a saúde e quais os riscos (Local de Pesca: Rio Doce)?	<p>A Fundação Renova informa que os estudos realizados até o momento não demonstraram a existência de relação entre o rompimento da Barragem de Fundão e a contaminação de peixes. Em relação à pesca, a Fundação Renova informa que existe hoje a portaria do IEF (Instituto Estadual de Floresta) n° 40 de 2017, que proíbe a pesca de espécies nativas para fins comerciais no estado de Minas Gerais e permite a pesca de espécies exóticas e ações para a pesca artesanal e esportiva. Este tema também está sendo tratado na 12ª Vara Federal de MG, onde foi estabelecido pelo Juízo a empresa AECOM como perita para levantar provas periciais com o intuito de definir se a proibição deve continuar ou não. Destaca-se que, em relação às espécies de peixes não nativas não há nenhuma restrição.</p>
9	Silvana Arlinda Cruz	Categoria de pescadores tradicionais e fiscoadores artesanais que é única em todo território está preocupada com a situação perante à não retirada total do rejeito do lago de Candonga, devido ao local ser o foco principal de pesca e fiscoação que é onde está concentrado a maior parte do rejeito.	<p>A Fundação Renova esclarece que desenvolveu os estudos ambientais contemplando três cenários diferentes relacionados à retirada dos rejeitos/ sedimentos depositados no reservatório da UHE Risoleta Neves e à recuperação ambiental da área. Para cada um destes cenários foram apresentadas e descritas as ações necessárias e o prazo de duração de tais ações, bem como os impactos associados a elas. Os estudos indicaram que o cenário 3 é aquele que apresenta menor impacto socioambiental e menor prazo para que a hidrelétrica volte a funcionar, tendo em vista os objetivos de promover a recuperação ambiental da área e a retomada funcional da UHE Risoleta Neves. A prerrogativa de definição do cenário e das medidas mais adequadas é do órgão ambiental. O objetivo do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é fornecer ao órgão ambiental as informações e subsídios necessários para a tomada de decisão. Após a definição do cenário a ser implementado para a recuperação ambiental da área e retomada da operação da UHE, as atividades realizadas no reservatório poderão ser retomadas ou adaptadas, de acordo com o cenário definido.</p> <p>Em relação à pesca, a Fundação Renova informa que existe hoje a portaria do IEF (Instituto Estadual de Floresta) n° 40 de 2017, que proíbe a pesca de espécies nativas para fins comerciais no estado de Minas Gerais e permite a pesca de espécies exóticas e ações para a pesca artesanal e esportiva. Este tema também está sendo tratado na 12ª Vara Federal de MG, onde foi estabelecido pelo Juízo a empresa AECOM como perita para levantar provas periciais com o intuito de definir se a proibição deve continuar ou não. Destaca-se que, em relação às espécies de peixes não nativas não há nenhuma restrição.</p>

10	Sonia Maria Untaler	<p>Como ficara a situação dos atingidos que ainda não receberam da Renova? O que vai deixar de reativação econômica em Santa Cruz do Escalvado? Como será a reposição de peixes de espécies que tínhamos? Faço um apelo primeiramente aos atingidos, que eles precisam de receber o que está em atraso.</p>	<p>Desde que foi criada, a Fundação Renova vem trabalhando em soluções indenizatórias para ressarcimento dos atingidos. Os pagamentos pelos danos comprovados às atividades econômicas que foram prejudicadas são realizados pelo Programa de Indenização Mediana (PIM), que já efetuou o pagamento de 1,40 bilhões a título de Auxílio Financeiro Emergencial (AFE), 1,8 bilhões em indenização para pescadores e 1,20 bilhões para pessoas que tiveram o abastecimento de água interrompido, além de danos morais, materiais e perda de lucro. Além disso, para casos de difícil comprovação de danos, os pagamentos vêm acontecendo por um novo sistema indenizatório, implementado a partir de decisão proferida em Ação Civil Pública em trâmite na 12ª Vara Federal, a partir de petições apresentadas por Comissões de Atingidos.</p> <p>A Fundação Renova esclarece também que as propostas que compõe o Plano de Desenvolvimento Integrado em relação às atividades econômicas estão sendo avaliadas junto à SUPPRI para análise daquelas que podem ser incorporadas no processo de licenciamento, por exemplo utilizando-se dos planos e dos programas previstos nos estudos ambientais (Estudo e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/ RIMA).</p> <p>Quanto às espécies de peixes há monitoramentos previstos que são realizados pela Fundação Renova e também uma perícia instituída a ser realizada pela AECOM. Além disso, a Fundação Renova desenvolve uma série de ações (tais como a renaturalização) com vistas a propiciar o desenvolvimento da biota aquática.</p>
11	Marcelo Guimarães	<p>Como vocês vão fazer para retirar 18 KM de rejeitos e repovoar o rio? Além disso poderemos voltar a pescar e como ficará a indenização dos pescadores que ainda não receberam?</p>	<p>A Fundação Renova esclarece que, entre os programas estabelecidos pelo TTAC, o Programa de Manejo de Rejeitos desenvolve estudos com intuito de estabelecer tratativas para os rejeitos dispostos em cada trecho do rio. As soluções de manejo de rejeitos estão sendo avaliadas junto à 12ª Vara Federal de MG para definir se as propostas apresentadas devem ser implementadas ou adaptadas. Esclarece, ainda, que o tema das indenizações também está sendo discutido e tratado junto à 12ª Vara Federal de MG.</p> <p>Em relação a repovoar o rio, diversas ações estão sendo implementadas, com vistas ao reaparecimento das espécies, tais como as ações de Renaturalização e de melhoria da qualidade da água. Quanto à pesca, a Fundação Renova informa que existe hoje a portaria do IEF (Instituto Estadual de Floresta) nº 40 de 2017, que proíbe a pesca de espécies nativas para fins comerciais no estado de Minas Gerais e permite a pesca de espécies exóticas e ações para a pesca artesanal e esportiva. Este tema também está sendo tratado na 12ª Vara Federal de MG, onde foi estabelecido pelo Juízo a empresa AECOM como perita para levantar provas periciais com o intuito de definir se a proibição deve continuar ou não. Destaca-se que, em relação às espécies de peixes não nativas não há nenhuma restrição.</p>

12	Sebastião Geraldo da Silva	Vocês mostraram aqui nesse painel, uma coisa muito bonita, ilustração linda, mas não é verdade quando se falam do barramento C, poderiam explicar? E sobre a tratativa do plano de desenvolvimento territorial integrado, reativação econômica e proposta indenizatória?	<p>A Fundação Renova esclarece que os barramentos A, B e C foram instalados no reservatório no período emergencial. O objetivo foi conter a evolução do perfil de sedimentação próximo ao barramento principal da UHE e induzir a deposição em trechos mais distantes do barramento, contendo a sua movimentação dentro do reservatório, prolongando sua vida útil e facilitando eventuais dragagens futuras. A eventual remoção destas estruturas é apresentada no Cenário 1 do EIA, tendo sido concluído que sua manutenção tem efeitos benéficos sobre o meio físico para o controle da deposição de sedimentos e maior flexibilidade em relação a opções futuras de dragagens. Além disso, a manutenção dos barramentos não oferece obstáculos à movimentação da biota aquática pelas passagens laterais de fundo no nível operacional da UHE e também não oferece obstáculos ou restrições aos usos do reservatório para acessos, mobilidade de pequenas embarcações, recreação, lazer ou captações de água. Assim os estudos concluíram que poderiam permanecer independentemente do cenário de dragagem a ser executado.</p> <p>A Fundação Renova enfatiza seu compromisso com a reparação e informa que o tema das indenizações está sendo discutido e tratado em outro fórum, isto é, junto à 12ª Vara Federal de MG. Informa também que serão avaliadas junto à SUPPRI/ SEMAD as medidas de apoio socioeconômico propostas no PDTI (Plano de Desenvolvimento Territorial Integrado) e sua possibilidade de incorporação no processo de licenciamento, por exemplo utilizando-se dos planos e dos programas previstos nos estudos ambientais (Estudo e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/ RIMA).</p>
----	----------------------------	--	--

13	Frederico Nascimento	<p>A gente só fala e fica por isso mesmo, a gente não tem retorno, escute mais a população nós que estamos sofrendo, falta diálogo com os atingidos. Questionar a fundação a respeito do não cumprimento dos acordos e da ativação econômica. Esse é um apelo para quem realmente a gente seja escutado. Então fazer um apelo para que escute mais a população nós que estamos sofrendo, não é vocês aqui, não é Renova. Vai tudo passar e vocês vão embora e nós vamos ficar lá com rejeito que vai ficar lá. O estilo de vida que a gente tinha de pesca, de faiscação é passado de geração para geração.</p>	<p>A Fundação Renova enfatiza seu compromisso com a reparação e informa que desde que foi criada, a Fundação vem trabalhando em soluções indenizatórias para ressarcimento dos atingidos. Os pagamentos pelos danos comprovados às atividades econômicas que foram prejudicadas são realizados pelo Programa de Indenização Mediana (PIM), que já efetuou o pagamento de 1,40 bilhões a título de Auxílio Financeiro Emergencial (AFE), 1,8 bilhões em indenização para pescadores e 1,20 bilhões para pessoas que tiveram o abastecimento de água interrompido, além de danos morais, materiais e perda de lucro. Além disso, para casos de difícil comprovação de danos, os pagamentos vêm acontecendo por um novo sistema indenizatório, implementado a partir de decisão proferida em Ação Civil Pública em trâmite na 12ª Vara Federal, a partir de petições apresentadas por Comissões de Atingidos.</p> <p>A Fundação Renova reconhece, ainda, a necessidade de fortalecer os canais de comunicação com as comunidades da região, permitindo a identificação e o tratamento prévio de diversas demandas das comunidades, bem como possibilitar o acompanhamento dos avanços das obras e dos programas ambientais propostos. Informa também que, entre os programas estabelecidos pelo TTAC e aqueles estabelecidos no processo de licenciamento, existem ações com esse objetivo e com o objetivo de preservar e promover o patrimônio ambiental e cultural, bem como o modos de vida local. Desde a apresentação do Programa de Comunicação Social (PCS) do TAC Fazenda Floresta, em dezembro de 2019, tais ações vêm sendo complementadas e aprimoradas.)</p> <p>Quanto à pesca, a Fundação Renova informa que a portaria do IEF (Instituto Estadual de Floresta) nº 40 de 2017, proíbe a pesca de espécies nativas para fins comerciais no estado de Minas Gerais e permite a pesca de espécies exóticas e ações para a pesca artesanal e esportiva. Este tema também está sendo tratado na 12ª Vara Federal de MG, onde foi estabelecido pelo Juízo a empresa AECOM como perita para levantar provas periciais com o intuito de definir se a proibição deve continuar ou não. Destaca-se que, em relação às espécies de peixes não nativas não há nenhuma restrição.</p> <p>A Fundação Renova esclarece, ainda, que o enchimento do reservatório dependerá da emissão de autorização vinculada à licença de operação corretiva e do cenário que for aprovado pelo órgão ambiental. Após o enchimento as atividades antes realizadas no lago, poderão ser retomadas (ou adaptadas).</p>
----	----------------------	---	---

14	Lino Ângelo da Silva	<p>Gostaria de saber se existem estudos técnicos sobre a contaminação do rejeito no lago Candonga e se não influencia no modo de sobrevivência de quem depende do rio, como pesca e garimpo? Pois temos dúvidas e não percebemos clareza nas informações divulgadas pelos boletins. Existe algum estudo a respeito do rejeito, algum estudo técnico do rejeito e as condições do rejeito? Quanto à saúde das pessoas?</p>	<p>A Fundação Renova esclarece que, desde 2016 estão sendo desenvolvidos diversos estudos e análises com intuito de caracterizar os rejeitos/ sedimentos que estão depositados no fundo reservatório da UHE e do rio como um todo. A totalidade dos dados e estudos desenvolvidos até o momento demonstram que, no caso dos elementos contidos nos rejeitos/ sedimentos, não há indício algum de que se trata de um material considerado perigoso. Reitera-se que os rejeitos/ sedimentos continuam sendo estudados e que não há indício também de que se trata de um material que pode trazer risco a saúde humana.</p> <p>Além disso, a Fundação Renova esclarece que desenvolveu os estudos ambientais contemplando três cenários diferentes relacionados à retirada dos rejeitos/ sedimentos depositados no reservatório da UHE Risoleta Neves e à recuperação ambiental da área. Para cada um destes cenários foram apresentadas e descritas as ações necessárias e o prazo de duração de tais ações, bem como os impactos associados a elas. Os estudos indicaram que o cenário 3 é aquele que apresenta menor impacto socioambiental e menor prazo para que a hidrelétrica volte a funcionar, tendo em vista os objetivos de promover a recuperação ambiental da área e a retomada funcional da UHE Risoleta Neves. A prerrogativa de definição do cenário e das medidas mais adequadas é do órgão ambiental. Após a definição do cenário a ser implementado para a recuperação ambiental da área e retomada da operação da UHE, as atividades realizadas no reservatório (inclusive de lazer) poderão ser retomadas ou adaptadas, de acordo com o cenário definido.</p> <p>Em relação à pesca, a Fundação Renova informa que a portaria IEF nº 40 de 2017, q proíbe a pesca de espécies nativas para fins comerciais no estado de Minas Gerais e permite a pesca de espécies exóticas e ações para a pesca artesanal e esportiva. Este tema também está sendo tratado na 12ª Vara Federal de MG, onde foi estabelecido pelo Juízo a empresa AECOM como perita para levantar provas periciais com o intuito de definir se a proibição deve continuar ou não. Destaca-se que, em relação às espécies de peixes não nativas não há nenhuma restrição. Todos esses dados estão disponíveis e já foram apresentados para os municípios e órgãos ambientais em outros momentos.</p> <p>A Fundação Renova reconhece a necessidade de fortalecer os canais de comunicação com as comunidades da região, permitindo a identificação e o tratamento prévio de diversas demandas das comunidades, bem como possibilitar o acompanhamento dos avanços das obras e dos programas ambientais propostos. Informa também que, entre os programas estabelecidos pelo TTAC e aqueles estabelecidos no processo de licenciamento, existem ações com esse objetivo e com o objetivo de preservar e promover o patrimônio ambiental e cultural, bem como o modo</p>
----	----------------------	---	--

			de vida local. Desde a apresentação do Programa de Comunicação Social (PCS) do TAC Fazenda Floresta, em dezembro de 2019, tais ações vêm sendo complementadas e aprimoradas, divulgando inclusive boletins com as informações obtidas pelos programas em execução, de monitoramento de ruído, de vibração etc.
15	Maria da Penha Rocha	Quando o rio estará pronto para os pescadores voltarem as suas atividades de pescas para o sustento?	Em relação à pesca, a Fundação Renova informa que a portaria IEF nº 40 de 2017, proíbe a pesca de espécies nativas para fins comerciais no estado de Minas Gerais e permite a pesca de espécies exóticas e ações para a pesca artesanal e esportiva. Este tema também está sendo tratado na 12ª Vara Federal de MG, onde foi estabelecido pelo Juízo a empresa AECOM como perita para levantar provas periciais com o intuito de definir se a proibição deve continuar ou não. Destaca-se que, em relação às espécies de peixes não nativas não há nenhuma restrição.
16	Maria da Penha Rocha	De que maneira será retirado do rejeito do lago?	<p>A Fundação Renova esclarece que desenvolveu os estudos ambientais contemplando três cenários diferentes relacionados à retirada dos rejeitos/ sedimentos depositados no reservatório da UHE Risoleta Neves e à recuperação ambiental da área. Para cada um destes cenários foram apresentadas e descritas as ações necessárias e o prazo de duração de tais ações, bem como os impactos associados a elas. Os estudos indicaram que o cenário 3 é aquele que apresenta menor impacto socioambiental e menor prazo para que a hidrelétrica volte a funcionar, tendo em vista os objetivos de promover a recuperação ambiental da área e a retomada da operação da UHE Risoleta Neves. A prerrogativa de definição do cenário e das medidas mais adequadas é do órgão ambiental. O objetivo do Estudos de Impacto Ambiental (EIA) é fornecer ao órgão ambiental as informações e subsídios necessários para a tomada de decisão. Uma vez definido o cenário a ser implementado, está prevista a execução de diversos planos e programas, com vista ao controle, mitigação e compensação dos impactos causados.</p> <p>Em relação à retirada do rejeito, informa-se que ela será realizada por meio de dragas, instaladas dentro do reservatório, que farão a sucção do rejeito, junto com um percentual grande de água. O material será levado até a Fazenda Floresta, onde passará por processo de desagüe natural nas bacias. Após adquirir a umidade necessária, o material será transportado e empilhado.</p>
17	Rodolfo Zulske	Problema grave sobre a biodiversidade. Espécies nativas próxima da extinção. Como fica a possibilidade da retirada da portaria 40?	A Fundação Renova reconhece que os impactos na ictiofauna (peixes) foram significativos. Os órgãos que acompanham a questão junto com a Fundação Renova vêm tentando estabelecer, por meio dos estudos desenvolvidos, a melhor maneira de propiciar a recuperação da biodiversidade. Existe um esforço para a recuperação da área dos tributários (pequenos rios que alimentam o rio principal), com o objetivo de que os tributários se tornem uma espécie de berçário para as espécies que irão povoar o rio, de modo que elas retornem à calha principal. Além disso, projetos como a Renaturalização visam propiciar o desenvolvimento da biota aquática. Os estudos realizados até o momento apontam que já existe uma melhoria, com o ressurgimento de espécies, em particular na região a jusante da UHE.

			Já em relação à decisão da retirada ou não da portaria IEF nº 40/2017, reiteramos que este tema está sendo tratado na 12ª Vara Federal de MG, onde foi estabelecido pelo Juízo a empresa AECOM como perita para levantar provas periciais com o intuito de definir se a proibição deve continuar ou não. Destaca-se que, em relação às espécies de peixes não nativas não há nenhuma restrição.
18	João Antonio Resende	Até onde sei eles vão colocar o rejeito onde há várias nascentes, o povo luta tanto para preservar as nascentes agora vai jogar o rejeito em cima delas o meio ambiente permite este ato?	A Fundação Renova esclarece que não haverá impacto nas nascentes do entorno da região da UHE e da Fazenda Floresta. Na área da Fazenda Floresta onde está prevista a alocação da Pilha 1, existe uma nascente e, conforme apresentado no processo de licenciamento ambiental, uma vez aprovada a implantação da Pilha 1, será necessária a implantação de dois drenos de fundo na região dos talvegues naturais existentes (parte mais funda dos vales), de modo que não haja desestabilização da Pilha. Estes drenos serão dimensionados para drenar os escoamentos do desaguamento subterrâneo e da nascente existente, a qual permanecerá sob a área do empilhamento.
19	Valeriana (do município de Naque)	Como o produtor rural deve proceder quanto os rejeitos da barragem de fundão sobem de volta ao solo com as cheias do rio doce?	A Fundação Renova informa que, entre os programas estabelecidos pelo TTAC, o Programa de Manejo de Rejeitos desenvolve estudos com intuito de estabelecer a melhor tratativa para os rejeitos dispostos em cada trecho do rio. Para a região de Naque, a solução de manejo de rejeitos esta sendo avaliado junto à 12ª Vara Federal de MG para definir se as propostas apresentadas devem ser implementadas ou adaptadas.
20	Douglas Eugênio	Quais vão ser as intervenções nas propriedades vizinhas ao lago da Usina Risoleta Neves e quais seriam as medidas compensatórias para os proprietários uma vez que já sofreram intervenções?	A Fundação Renova esclarece que as intervenções já realizadas nas propriedades de terceiros, vizinhas ao reservatório da UHE, estão relacionadas a atividades de recuperação, reparação ou conformação necessárias com vistas à reparação ambiental da área. Esclarece ainda que tais áreas foram devidamente arrendadas, mediante instrumento particular de arrendamento, e em todos os casos existe uma contraprestação financeira que é paga aos proprietários dos imóveis. Da mesma forma, caso haja necessidade de intervenção em outras áreas, serão realizados contratos de arrendamento mediante pagamento de valor acordado com os proprietários. Esses valores são definidos a partir da realização de laudos de avaliação dos imóveis e, principalmente, de laudos de avaliação das áreas dos imóveis efetivamente afetadas pelas ações de recuperação do reservatório da UHE. Após a conclusão desses trabalhos, os imóveis passam pelas devidas atividades de recomposição das áreas, sendo entregues com as recuperações ambientais necessárias e cabíveis.
21	Douglas Eugênio	Licenciamento vai gerar aumento de emprego e renda segunda a Fundação Renova, porém como será garantido o	A Fundação Renova reforça seu compromisso no cumprimento dos programas estabelecidos pelo TTAC e ainda aqueles estabelecidos no processo de licenciamento. Entre os programas

		<p>cumprimento do TTCA em razão da obrigatoriedade de contratar pessoas dos municípios atingidos uma vez que isso não vem sendo cumprido?</p>	<p>propostos nos estudos ambientais apresentados existe o Programa de Priorização de Contratação de Mão de Obra Local, com previsão de contratação de mão de obra local, o que vai de encontro com ações já previstas no TTAC. Além disso, os fornecedores e contratadas da Fundação Renova são incentivados à realização da contratação de mão de obra local, como forma de maximizar os efeitos desta ação. Os dados referentes a contratação de mão de obra local são periodicamente controlados e reportados e ações propostas para correção de possíveis desvios encontrados.</p>
22	Leandro Gonzaga	<p>Há mais de 5 anos que estamos pelejando pois tem como ir ao rio pescar e nem garimpar, gostaria de saber qual é o projeto para voltar a pescar e garimpar no rio.</p>	<p>Com o rompimento da barragem, foi necessário abrir as comportas da UHE, o que causou o rebaixamento do nível do reservatório, fazendo com que o rio retornasse ao nível que era antes da construção da hidrelétrica. Após o licenciamento ambiental, as atividades de recuperação da região serão retomadas, com vistas à recuperação ambiental e ao retorno operacional da UHE. Para isso, as comportas serão novamente fechadas e as atividades antes realizadas no reservatório poderão ser retomadas e/ou adaptadas.</p> <p>Quanto à pesca, a Fundação Renova informa que a portaria do IEF (Instituto Estadual de Floresta) nº 40 de 2017, proíbe a pesca de espécies nativas para fins comerciais no estado de Minas Gerais e permite a pesca de espécies exóticas e ações para a pesca artesanal e esportiva. Este tema também está sendo tratado na 12ª Vara Federal de MG, onde foi estabelecido pelo Juízo a empresa AECOM como perita para levantar provas periciais com o intuito de definir se a proibição deve continuar ou não. Destaca-se que, em relação às espécies de peixes não nativas não há nenhuma restrição.</p>
23	Antonio Lacerda	<p>Quero saber como vai fazer para reativar o rio para tirar ouro e pescar.</p>	<p>Com o rompimento da barragem, foi necessário abrir as comportas da UHE, o que causou o rebaixamento do nível do reservatório, fazendo com que o rio retornasse ao nível que era antes da construção da hidrelétrica. Após o licenciamento ambiental, as atividades de recuperação da região serão retomadas, com vistas à recuperação ambiental e ao retorno operacional da UHE. Para isso, as comportas serão novamente fechadas e as atividades antes realizadas no reservatório poderão ser retomadas e/ou adaptadas.</p> <p>Quanto à pesca, a Fundação Renova informa que a portaria do IEF (Instituto Estadual de Floresta) nº 40 de 2017, proíbe a pesca de espécies nativas para fins comerciais no estado de Minas Gerais e permite a pesca de espécies exóticas e ações para a pesca artesanal e esportiva. Este tema também está sendo tratado na 12ª Vara Federal de MG, onde foi estabelecido pelo Juízo a empresa AECOM como perita para levantar provas periciais com o intuito de definir se a proibição deve continuar ou não. Destaca-se que, em relação às espécies de peixes não nativas não há nenhuma restrição.</p>

24	Sirlene Bortolini	Qual o plano da Renova para resolver o problema causado aos mata-burros e cercas do tráfego de máquinas e caminhões pesados na Pedra do Escalvado? Em relação aos peixes, estão próprios para o consumo?	<p>A Fundação Renova reconhece que, no período emergencial, houve movimentação significativa de máquinas e equipamentos dentro das comunidades, o que pode ter gerado algum impacto nas propriedades do entorno. Esclarece também que esse assunto está sendo tratado pela 12ª Vara, que determinou a realização de perícia em imóveis selecionados para avaliar o nexos causal do impacto com as atividades da Renova. Uma vez comprovado o nexos causal, a Fundação Renova irá executar os reparos. Em relação aos acessos e vias, a Renova informa que mantém uma equipe que realiza sua constante manutenção. Além disso, no TAC Fazenda Floresta está prevista a pavimentação de alguns acessos, solucionando a questão de forma definitiva.</p> <p>A Fundação Renova informa que os estudos realizados até o momento não demonstraram a existência de relação entre o rompimento da Barragem de Fundão e a contaminação de peixes. Em relação à pesca, a Fundação Renova informa que existe hoje a portaria do IEF (Instituto Estadual de Floresta) nº 40 de 2017, que proíbe a pesca de espécies nativas para fins comerciais no estado de Minas Gerais e permite a pesca de espécies exóticas e ações para a pesca artesanal e esportiva. Destaca-se que, em relação às espécies de peixes não nativas não há nenhuma restrição. A Fundação Renova informa ainda que, existe um esforço para a recuperação da área dos tributários (pequenos rios que alimentam o rio principal), com o objetivo de que os tributários se tornem uma espécie de berçário para as espécies que irão povoar o rio, de modo que elas retornem à calha principal. Além disso, projetos como a Renaturalização visam propiciar o desenvolvimento da biota aquática.</p>
25	Antonio Áureo do Carmo	Gostaria de falar sobre a realidade do território por causa do desastre que ocorreu e saber como será feita a reparação integral para que a usina volte a operar. Nós temos essa consciência de que hoje nós vivemos em uma era desenvolvida e que nós precisamos entender e aceitar essas mudanças de cultura assim como a Renova e as empresas têm que aceitar nossa realidade e compreender a nossa tradição e nossa cultura. O que a Renova faz hoje é tratar pessoas, famílias e comunidades de uma mesma sequência de uma mesma realidade de formas completamente diferentes. Eu diria até, salvo engano que parece que até intencional, parece que é uma estratégia de jogar vizinho contra vizinho. A Renova não tem diálogo.	<p>A Fundação Renova reconhece os impactos na região e esclarece que ela foi criada com o objetivo de realizar as atividades de reparação e compensação dos impactos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão, tendo como fundamento o diálogo, a escuta e a transparência da informação apresentada. Se trata de um desafio enorme, dado a magnitude dos impactos e enfatiza que mantém sempre abertos seus canais de relacionamento, reiterando seu compromisso com a reparação.</p> <p>A Fundação Renova reconhece, ainda, a necessidade de fortalecer os canais de comunicação com as comunidades da região, permitindo a identificação e o tratamento prévio de diversas demandas das comunidades, bem como possibilitar o acompanhamento dos avanços das obras e dos programas ambientais propostos. Informa também que, entre os programas estabelecidos pelo TTAC e aqueles estabelecidos no processo de licenciamento, existem ações com esse objetivo e com o objetivo de preservar e promover o patrimônio ambiental e cultural, bem como o modo de vida local. Desde a apresentação do Programa de Comunicação Social (PCS) do TAC Fazenda Floresta, em dezembro de 2019, tais ações vêm sendo complementadas e aprimoradas. A Fundação Renova enfatiza seu compromisso com a reparação isonômica e esclarece que o</p>

			tema das indenizações está sendo discutido e tratado junto à 12ª Vara Federal de MG.
26	Airton Mol	Que garantia a população de atingidos vai ter de que Renova pague, acerte com alguém, se a SEMAD der a licença a ela e se ela deveria ter feito cadastro de atingidos e não fez nem pagou às pessoas?	A Fundação Renova esclarece que desde que foi criada vem trabalhando em soluções indenizatórias para ressarcimento dos atingidos. Os pagamentos pelos danos comprovados às atividades econômicas que foram prejudicadas são realizados pelo Programa de Indenização Mediana (PIM), que já efetuou o pagamento de 1,40 bilhões a título de Auxílio Financeiro Emergencial (AFE), 1,8 bilhões em indenização para pescadores e 1,20 bilhões para pessoas que tiveram o abastecimento de água interrompido, além de danos morais, materiais e perda de lucro. Além disso, para casos de difícil comprovação de danos, os pagamentos vêm acontecendo por um novo sistema indenizatório, implementado a partir de decisão proferida em Ação Civil Pública em trâmite na 12ª Vara Federal, a partir de petições apresentadas por Comissões de Atingidos.

* O documento foi revisado e apresenta as perguntas e manifestações em conformidade com os questionamentos realizados pelos participantes, quanto do seu pronunciamento ou leitura pelo presidente da mesa durante a Audiência Pública.